

O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL¹

Marilene Conceição Cardoso de Almeida²

Resumo: Este estudo visa analisar a importância do ensino da história e cultura afro-brasileira no ambiente escolar da Educação Infantil. Para tanto, está ancorado na pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa. O estudo, em linhas gerais, evidenciou que ainda caminhamos a passos lentos no que diz respeito ao ensino da história e culturas africanas e afro-brasileira no cotidiano da sala de aula da educação infantil, por conseguinte na promoção de uma educação antirracista.

Palavras-chave: Educação Infantil. Educação Antirracista. Lei 10.639/03.

Abstract: This study aims to analyze the importance of teaching Afro-Brazilian history and culture in the school environment of early childhood education. Therefore, it is anchored in bibliographical research, with a qualitative approach. The study, in general terms, showed that we are still moving at a slow pace regarding the teaching of African and Afro-Brazilian history and cultures in the daily life of the early childhood education classroom, therefore in the promotion of an anti-racist education.

Keywords: Early Childhood Education. Antiracist Education. Law 10.639/03.

Introdução

A população negra e sua cultura, mesmo tendo contribuído tanto para a formação do país, ainda é muito marginalizada, discriminada, inferiorizada e subjugada na sociedade brasileira. Ainda não tem o devido reconhecimento e respeito. Uma realidade que precisa ser trabalhada desde a mais tenra idade, de modo a desconstruir pensamentos e práticas racistas enraizadas na sociedade, e que tanto tem violentado física e psicologicamente as pessoas negras desde a infância.

No ambiente escolar, principalmente na disciplina de história, as pessoas negras sempre foram e ainda são retratadas como escravas, como se fossem destituídas de inteligência, como se elas só tivessem o corpo a oferecer para a mão

¹ Paper apresentado a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica 2, do curso de Pedagogia da Faculdade Visconde de Cairu.

² Graduanda em pedagogia pela Fundação Visconde de Cairu. E-mail:mari-jai@hotmail.com

de obra ou serviços sexuais. A representação social dos negros nos conteúdos dos livros didáticos e paradidáticos era feita de modo pejorativo, contribuindo para a negação da identidade e da cultura negra, assim como para a baixa autoestima destes.

Com a instituição da lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Culturas Africanas e Afro-Brasileira em todas as escolas públicas e privadas, do ensino fundamental e médio, mudanças importantes começam a ser efetivadas no campo da valorização, respeito e contemplação da história e da cultura negra no currículo escolar. No entanto, tem muito ainda a ser feito para que a referida lei seja implementada nos espaços educacionais de forma efetiva, como orientam as suas diretrizes.

Assim, este estudo parte da seguinte questão de pesquisa: por que trabalhar a história e culturas africanas e afro-brasileira no ambiente escolar da Educação Infantil? Parte-se do entendimento de que, em uma sociedade que tem mais 50% da população composta de pessoas negras (pretas e pardas), é de fundamental importância que a escola e os profissionais da educação pôr em prática uma educação antirracista, contemplativa da diversidade étnica e cultural da humanidade e do país.

Este estudo pretende analisar a importância do ensino da história e culturas africanas e afro-brasileira no ambiente escolar da Educação Infantil. Para tanto, busca refletir sobre como a escola da Educação Infantil tem trabalhado com a temática africana e afro-brasileira no decorrer do ano letivo e sua importância no combate ao racismo, valorização e respeito a diversidade étnica e cultural.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa. Segundo Lima e Miotto (2007) a pesquisa bibliográfica é uma forma organizada de buscar soluções para inquietações do pesquisador, quem diante da realidade vivida investiga possibilidade de mudança para situações prosaicas, que social e historicamente tem grande relevância, fazendo e provocando reflexões críticas intencionais e constantes, que cientificamente podem despertar perspectivas de novas intervenções que visam aclarar a questão problema aqui apresentada.

A implementação da lei 10.639/03 na Educação Infantil

Os povos africanos trazidos forçadamente ao Brasil durante o período escravagista vieram de vários países do Continente Africano, com costumes, modos e crenças diferentes. O Brasil foi o país do Continente Americano que mais “importou” africanos para o trabalho escravo, cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças. Aqui eles eram vendidos e separados de suas famílias, de seus costumes e crenças. Como forma de resistência e existência, eles readaptavam seus costumes, como: a religião, a comida, a dança, entre outros.

Embora os povos africanos aqui escravizados tenham contribuído expressivamente para a formação e desenvolvimento da Nação Brasileira, ainda existe um enorme preconceito, atitudes e práticas racistas para como as pessoas negras. Durante muito tempo, e ainda hoje, o pensamento ainda enraizado no pensamento popular é que negros descendem de escravos, como se tivesse sido uma escolha, uma condição e não forçados. São vistos como um corpo, sem inteligência, que só serve para realizar trabalho braçal, ou o corpo sexualizado.

Sendo o Brasil um país tão heterogêneo, assim também são formados os ambientes de educação, composto por uma grande diversidade de indivíduos com diferentes culturas, crenças e valores. Logo, é importante que a história e as culturas africanas e afro-brasileira, assim como as demais, sejam trabalhadas desde a Educação Infantil, de modo que as crianças compreendam o porquê de nossas diferenças físicas e culturais. Diferenças essas que são percebidas e questionadas pelas crianças.

Embora a lei 10639/03 não cite a Educação Infantil, é fundamental para uma educação antirracista que sua implementação seja efetivada também nesse seguimento, pois a Educação Infantil é um dos espaços em que as crianças, geralmente, tem suas primeiras relações e interações sociais fora do convívio familiar. Onde, por conseguinte, podem ter contato com discursos e atitudes racistas e preconceituosas. Quer sejam cometidas por alunos ou educadores, tais discursos e atitudes, segundo Lima, Silva e Araújo (2021), prejudica muito as relações e aprendizagem da criança negra.

Segundo afirma Souza e Pereira (2013) a criação de uma disciplina específica de história e culturas africanas e afro-brasileira no currículo escolar tem sido a forma encontrada para a implementação da lei 10.639/03. Entretanto, essa medida ainda se mostra pouco eficaz no que diz respeito ao fortalecimento e valorização da participação do povo negro na construção da sociedade brasileira.

Para que a história e culturas africanas e afro-brasileira sejam exploradas de forma pedagógica é preciso muito investimento em pesquisas e comprometimento social dos educadores para modificar as metodologias usadas até então, que apenas em datas específicas como 13 de maio e 20 de novembro, buscam trazer para as salas de aula alguma referência negra e em muitos casos de forma superficial e/ou descontextualizada sem qualquer relação com o cotidiano, ou vivências dos alunos que não são estimulados a aprofundar o conhecimento sobre as personalidades citadas na sala pelos professores (Araujo; Moraes, 2014).

Nomes como Zumbi do Palmares, Luís Gama, Dandara, Maria Firmina entre outras personalidades negras de grande relevância na história dos negros no Brasil são pouco lembrados nas salas de aula da Educação Básica. Como se esses nomes fossem apenas personagens fictícios de histórias inventadas e não componentes reais da história de luta e resistência do povo negro que contribuíram para formar a sociedade brasileira. Assim também como as histórias fictícias usadas na Educação Infantil como: menina bonita do aço de fita; Bruna e a galinha d'angola, Kiriku e outras que acabam por chamar a atenção para personagens secundários e não para o tema principal que é a diversidade étnico-racial e cultural.

É função dos órgãos competentes e da escola viabilizar a implementação da lei 10.639/03, investindo na formação dos professores para que esses tenham conhecimento para trabalhar de forma contextualizada a história e culturas africanas e afro-brasileira.

O ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no ambiente escolar da educação infantil

É na infância que se constituem os primeiros valores e concepções de bom, bonito, bem e seus opostos, assim é preciso que a história e as culturas africanas e afro-brasileira estejam inseridas no contexto da Educação Infantil de forma positiva e contextualizada, visando o fortalecimento e valorização pelos mediadores do conhecimento. Para tanto, se faz necessário que os envolvidos com o processo educativo percebam a escola como um espaço social onde acontecem situações de racismo e preconceito. Conforme Lima, Silva e Araújo (2021, p. 08):

Podemos perceber que o preconceito e a discriminação racial estão sempre interligados com o modo de ser, pensar e agir de cada um correlacionado a uma crença coletiva. Se manifesta nas relações interpessoais e institucionais de forma sistêmica e estrutural. Logo, combatê-los configura-se como uma ação que envolve lidar com o reconhecimento, valorização e respeito à diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira e a humanidade. Uma tarefa que envolve todas as pessoas desde a mais tenra idade.

Embora os estudantes da Educação Infantil tenham pouca idade, já são capazes de compreender, bem como de reproduzir nas brincadeiras, divisão de grupos, atitudes e diálogos racistas e preconceituosos segundo as crenças familiares, vivências sociais e/ou ensinamentos de pessoas equivocadas que trazem enraizada em si concepções e estereótipos de uma superioridade ou inferioridade determinada pela etnia, grupo social ou religioso. Não se pode combater o racismo e o preconceito sem antes reconhecê-lo. Para tanto, não podemos admitir nenhum diálogo onde palavras pejorativas sejam usadas para descrever, subjugar ou oprimir.

É importante e fundamental entender que atitudes racistas não podem ser naturalizadas em nenhum ambiente de interação social, principalmente no ambiente escolar, seja na relação criança versus criança, criança versus adulto, adulto versus criança ou adulto versus adulto. Falar da história e culturas africanas e afro-brasileira de forma contextualizada ainda é uma tarefa difícil para muitos professores, seja para pela falta de formação inicial e/ou continuada, de material pedagógico adequado ou ainda por questões religiosas. Como relatam Lima, Silva e Araújo (2021, p. 09):

Durante a comemoração do dia do folclore em uma escola comunitária, onde uma das autoras da pesquisa trabalha, ocorreu uma situação que lhe chamou a atenção, uma auxiliar de classe se vestiu de baiana para entregar os acarajés que foram distribuídos pela escola, uma aluna de cinco anos, que sempre demonstrou carinho pela auxiliar, mudou sua postura depois de vê-la vestida de baiana e disse para uma colega que não gostava de “macumbeira”. Postura essa, provavelmente, apreendida no meio familiar e reproduzida pela criança no espaço escolar.

Diante desse relato, não se pode ignorar a relevância da implementação da lei 10639/03 nos espaços de educação, de forma a promover uma educação antirracista desde a base que é a Educação Infantil. Para que as crianças e todos os envolvidos com os processos educativos tenham conhecimento, respeitem e

valorizem o eu, o outro e o nós, como está posto na Base Nacional Comum (BNCC), de modo que a identidade, o reconhecimento e a interação dos educandos seja o objeto do conhecimento e desenvolvimento. Para isso, o aluno deve sentir-se pertencente, entender e respeitar o seu pertencimento, bem como o outro em suas diferenças.

No espaço da Educação Infantil observa-se a necessidade do envolvimento de toda a comunidade escolar para difundir, ampliar e desenvolver ações que visam trazer referências de pessoas e/ou personagens negros para o cotidiano escolar.

Confecção de bonecas a partir de personagens negras de livros infantis; produção de livro infanto-juvenil, de autoria de uma professora, que apresenta uma princesa negra que valoriza a cultura de seus antepassados africanos; convite a membros de blocos afros, comunidades de terreiros, capoeiristas e aos pais e mães dos estudantes para fazerem palestras ou darem oficinas na Escola relacionadas à valorização das culturas africana e afro-brasileira. (Sousa; Pereira, 2013, p. 14).

Nesta perspectiva, fica evidente que é possível e necessário que ações como essas sejam desenvolvidas também na Educação Infantil como forma de contrapor os modelos eurocêntricos que compõem quase que exclusivamente o acervo dos recursos didáticos das escolas.

É preciso que projetos sejam desenvolvidos dentro das escolas visando a valorização da história e cultura africana e afro-brasileira na Educação Infantil, relacionando com os campos de experiências que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) regulamenta para a Educação Infantil, como: O eu, O outro e Nós, a partir da criação de bonecas, oficinas de penteados e atividades que favoreçam elevar a autoestima dos estudantes; corpo, Gesto e Movimento, utilizando danças e músicas da cultura afro-brasileira; traços, som, cores e formas através da apresentação de objetos; escuta, fala, Pensamentos e Imaginação realizando contação de histórias de forma teatral. Podem também promover visitas a museus e espaços que contam a história da cultura africana e afro-brasileira, buscando parcerias com órgãos não governamentais, movimentos da sociedade civil, bem como com os poderes públicos para colaborar com tais ações no que for necessário.

Considerações finais

O estudo, em linhas gerais, evidenciou que ainda caminhamos a passos lentos no que diz respeito ao ensino da história e culturas africanas e afro-brasileiras no cotidiano da sala de aula da Educação Infantil, por conseguinte na promoção de uma educação antirracista. Também que não basta apenas criar leis, é necessário efetivá-las, investir na formação dos profissionais que atuam na escola, em particular, dos professores, bem como na elaboração e oferta de materiais didáticos e paradidáticos que potencializem e colocar em prática de forma efetiva, contundente e eficaz as diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais.

Refletir sobre o racismo, o preconceito e discriminação é primordial para a construção de uma sociedade mais igualitária e respeitosa. Assim sendo, os espaços escolares precisam tornar-se ambientes de intervenção, combate e conscientização do racismo que ainda hoje divide, afasta e oprime pessoas.

A beleza multicultural do Brasil não pode segregar aqueles que a compõem, precisamos dialogar cada vez mais sobre a história e culturas africana e afro-brasileira até que a cor da pele, o tipo de cabelo, a religião, a classe social entre outros marcadores sociais da diferença deixem de ser um determinante para o convívio em comunhão entre todas as pessoas. Isso só será possível se houver mobilização de todos os envolvidos no processo de educar, pois a educação é um dos principais meios para a transformação da sociedade.

Não deveríamos precisar de leis para nos dizer que somos todos iguais, mas de empatia, generosidade e respeito. Precisamos colocar em prática uma educação que contemple, respeite e valorize as diferenças, que fortaleça a autoestima dos estudantes e possam se perceber como parte integrante do coletivo em que estão inseridos. Para poderem conhecer o que desconhecem e ter uma visão crítica de mundo, abrindo possibilidades para novas experiências que contribuam para um novo pensar e agir

Referências

ARAUJO, Jurandir de Almeida; MORAIS, Rossival Sampaio. A relevância em se trabalhar a Literatura Infantil Afro-Brasileira na Educação Infantil. **Africanias.com**, n. 05, p. 1-17, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018

BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: MEC, 2003.

LIMA, Alice de Miranda; SILVA, Roseane Santana; ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Educação Antirracista: Reflexões sobre preconceito e discriminação racial na Educação Infantil. **Revista Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, Paulo Afonso, v. 9, n.14, e142005, 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katál**, Florianópolis, v.10, 2007.

PEREIRA, Leticia Maria da Souza; SOUZA, Florentina da Silva. Implementação da Lei 10.639/2003: Mapeando Embates E Percalços. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 47, p. 51-65, jan./mar. 2013.